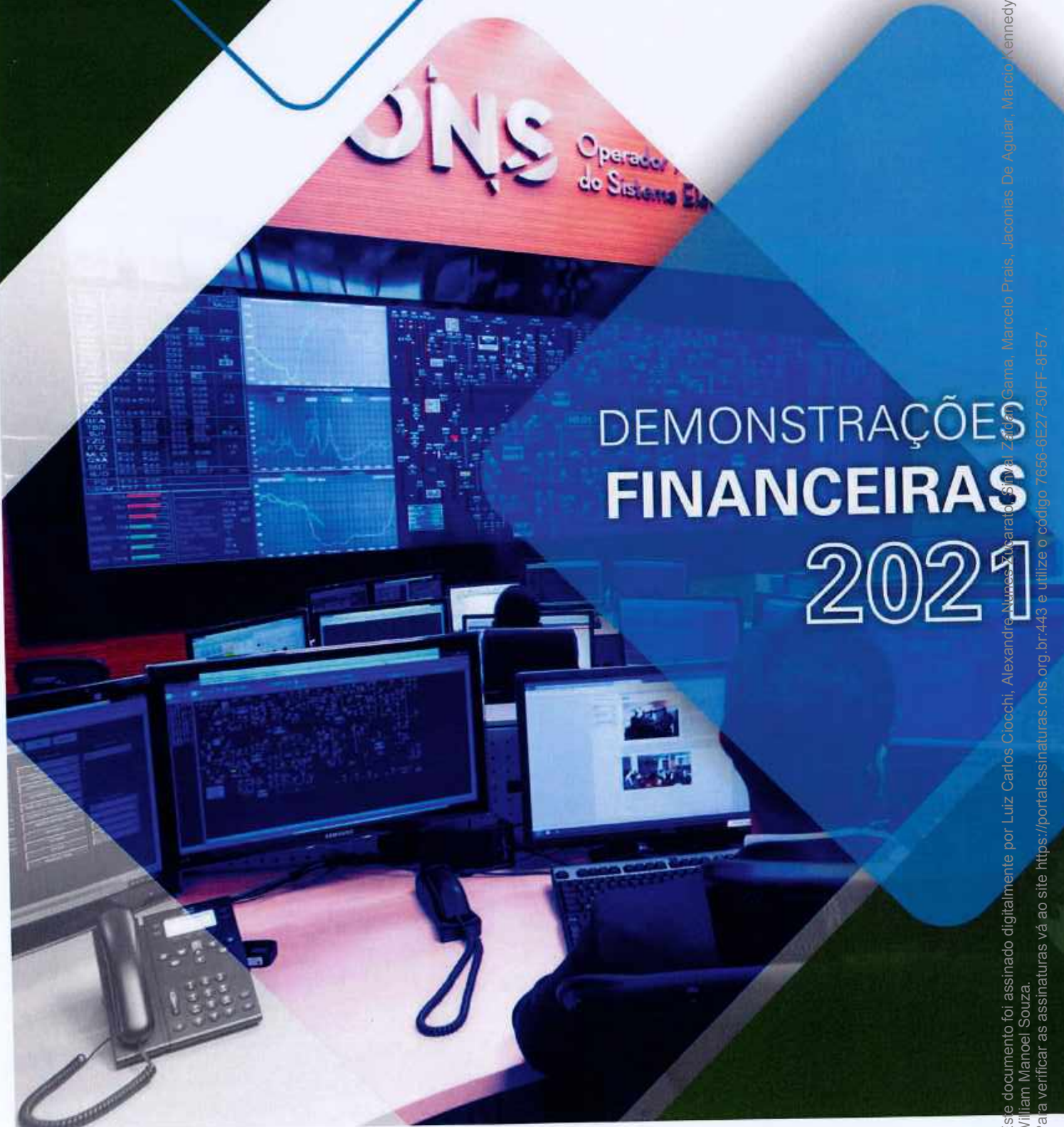


Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zucarato, Sival Zaidan Gama, Marcelo Praís, Jacônias De Aguiar, Marcelo Kennedy De Almeida e William Manoel Souza.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br:443> e utilize o código 7656-6E27-50FF-8F57.



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021



Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zucarato, Sival Zaidan Gama, Marcelo Praís, Jacônias De Aguiar, Marcelo Kennedy De Almeida e William Manoel Souza.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br:443> e utilize o código 7656-6E27-50FF-8F57.

## **Demonstrações Financeiras**

# **Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS**

31 de dezembro de 2021  
com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial .....	5
Demonstrações do resultado .....	6
Demonstrações do resultado abrangente .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

# ***Operador Nacional do Sistema Elétrico***

## ***Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente***





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores  
Operador Nacional do Sistema Elétrico

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Operador Nacional do Sistema Elétrico em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



## Operador Nacional do Sistema Elétrico

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.



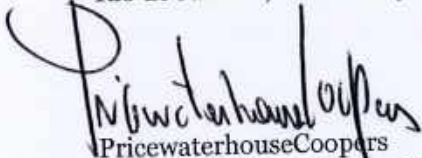
## Operador Nacional do Sistema Elétrico

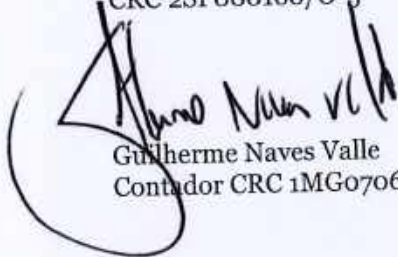
ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

  
Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5

**Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro**

	Notas	2021	2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	37.795	21.908
Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão	6	70.029	60.254
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	6	(4.096)	(3.975)
Contribuição dos membros associados	7	86	114
Impostos e contribuições sociais compensáveis	8	22.324	19.920
Almoxarifado operacional		200	166
Adiantamento de férias e 13º salário	17	2.419	1.956
Operação derivativo hedge	27.1	478	-
Despesas antecipadas		16.164	13.744
Adiantamento a fornecedores	11	1.038	1.038
Outros créditos		682	663
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>147.119</b>	<b>115.788</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos diferidos	9	32.701	28.682
Impostos e contribuições sociais compensáveis	8	170	168
Operação derivativo hedge	27.1	1.386	-
Despesas antecipadas		14.051	8.943
Depósitos judiciais e cauções		5.665	5.284
Imobilizado	10	454.323	388.191
Intangível	12	65.646	52.388
Adiantamento a fornecedores	11	9.128	10.166
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>583.070</b>	<b>493.822</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>730.189</b>	<b>609.610</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		32.402	17.451
Salários e encargos sociais	13	17.876	13.651
Obrigações trabalhistas	17	64.455	59.073
Tributos e contribuições sociais	14	11.887	9.686
Operação derivativo hedge	27.1	-	(318)
Arrendamento	11	22.063	16.191
Cauções em garantia	15	460	460
Plano de previdência complementar	16	2.156	-
Outras obrigações		270	102
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>151.569</b>	<b>116.296</b>
<b>Não circulante</b>			
Operação derivativo hedge	27.1	-	(581)
Arrendamento	11	362.267	297.306
Desmobilização arrendamento	11	6.545	6.175
Cauções em garantia	16	422	881
Tributos diferidos		634	306
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	40.200	37.657
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>410.068</b>	<b>341.744</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>561.637</b>	<b>458.040</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Fundo de reserva		167.322	150.977
Ajuste de avaliação patrimonial		1.230	593
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>168.552</b>	<b>151.570</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>730.189</b>	<b>609.610</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Demonstrações do Resultado

	Notas	2021	2020
Receita líquida	19	595.293	499.925
Despesas de operação do sistema	20	(553.637)	(487.120)
Outras receitas	21	1.504	1.074
Resultado operacional		43.160	13.879
Resultado financeiro	22	(18.069)	(15.213)
Superávit (déficit) antes do imposto de renda e contribuição social		25.091	(1.334)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(12.764)	(5.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	4.019	7.745
Superávit do exercício		16.346	1.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Resultado Abrangente

	2021	2020
Superávit do exercício	16.346	1.126
Hedge de fluxo de caixa	1.864	899
Efeitos tributários	(634)	(306)
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	1.230	593
Outros resultados abrangentes do exercício	17.576	1.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Fundo de reserva	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	149.850		149.850
Superávit do exercício em 2020	1.126		1.126
Saldo em 31 de dezembro de 2020	150.976		150.976
Superávit do exercício em 2021	16.346		16.346
Derivativo hedge de fluxo de caixa		1.230	1.230
Saldo em 31 de dezembro de 2021	167.322	1.230	168.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Fluxo de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	16.346	1.126
Superávit (Déficit) do exercício		
Ajustes por		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.019)	(7.745)
Depreciação e amortização	48.139	44.496
Crédito PIS/COFINS depreciação CPC 06	2.411	1.977
Constituição e atualização financeira da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida	2.996	10.052
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, líquida	147	200
Resultado na alienação de bens inservíveis	(336)	-
Perda na baixa de ativo imobilizado e de ativo intangível	17	-
	<b>65.700</b>	<b>50.106</b>
(Aumento) redução nos ativos		
Recursos de encargos de uso sistema transmissão	(9.775)	15.276
Contribuição dos membros associados	28	136
Tributos e contribuições sociais compensáveis	(2.405)	(303)
Adiantamento de férias e 13º salário	(463)	(38)
Almoxarifado operacional	(34)	11
Despesas antecipadas	(7.527)	(8.796)
Depósitos judiciais e cauções	(381)	(3.106)
Adiantamento a fornecedores e Contratos de locação atípica	1.038	1.059
Outros créditos	(19)	45
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	14.951	(6.904)
Salários e encargos sociais	4.225	(703)
Tributos e contribuições sociais	2.200	(2.187)
Juros arrendamento CPC 06	21.141	18.161
Obrigações trabalhistas	7.538	(5.398)
Cauções em garantia	(460)	(460)
Pagamentos da provisão para riscos trabalhistas	(453)	(2.052)
Outras obrigações	168	24
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>95.472</b>	<b>54.871</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recurso proveniente de ativo imobilizado	309	-
Aquisições de ativo imobilizado	(16.375)	(7.332)
Aquisições de ativo intangível	(24.562)	(13.952)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<b>(40.628)</b>	<b>(21.284)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Principal arrendamento CPC06	(38.956)	(32.689)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<b>(38.956)</b>	<b>(32.689)</b>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<b>15.887</b>	<b>898</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.908	21.009
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<b>37.795</b>	<b>21.908</b>
	<b>15.887</b>	<b>898</b>
<b>Transações que não afetaram o caixa</b>		
CPC 06 (R2) – Direito de uso do ativo	88.648	340.359
CPC 06 (R2) – Passivo de arrendamento	(88.648)	(340.359)
CPC 06 (R2) – Desmobilização arrendamento - Ativo	370	6.175
CPC 06 (R2) – Desmobilização arrendamento – Passivo não circulante	(370)	(6.175)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ("ONS" ou "Entidade"), com sede no Setor de Indústrias e Abastecimento - Área de Serviços Públicos - Lote A, Brasília - DF e Escritório Central à Rua Júlio do Carmo, 251 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, instituída pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, autorizado a executar suas atividades por meio do Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004, sendo regido pelas disposições legais e regulamentares, estatuto social e demais atos normativos expedidos pelos órgãos de administração.

Nos termos do estatuto social, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em 12 de agosto de 2004, por meio da Resolução Autorizativa nº 328, alterada pela Resolução nº 1.888, de 22 de abril de 2009 e Resolução nº 8.652, de 10 de março de 2020, o ONS, com prazo de duração indeterminado, tem por objeto executar as atividades de coordenação e controle da operação, da geração e da transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), sob a fiscalização e regulação da ANEEL, com vistas a:

- Promover a otimização da operação do sistema eletro energético, visando o menor custo para o sistema, observados os padrões técnicos e os critérios de confiabilidade estabelecidos nos Procedimentos de Rede aprovados pela ANEEL.
- Garantir que todos os agentes do setor elétrico tenham acesso à rede de transmissão de forma não discriminatória.
- Contribuir, de acordo com a natureza de suas atividades, para que a expansão do SIN se faça ao menor custo e vise às melhores condições operacionais futuras.

São atribuições do ONS:

- (I) Planejamento e programação da operação e o despacho centralizado da geração, com vistas à otimização do SIN.
- (II) Supervisão e coordenação dos centros de operação de sistemas elétricos, supervisão e controle da operação do SIN e das interligações internacionais.
- (III) Contratação e administração de serviços de transmissão de energia elétrica e as respectivas condições de acesso, bem como dos serviços auxiliares.
- (IV) Proposição ao Poder Concedente das ampliações de instalações da rede básica, bem como de reforços do SIN, a serem considerados no planejamento da expansão do sistema de transmissão.
- (V) Proposição de regras para a operação das instalações da transmissão da Rede Básica do SIN, mediante processo público e transparente, consolidadas em Procedimentos de Rede a serem aprovadas pela ANEEL, observado o disposto no art. 4º, § 3º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.
- (VI) Divulgação dos indicadores de desempenho dos despachos realizados a serem auditados semestralmente pela ANEEL.
- (VII) Divulgação permanente ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE sobre as condições operativas de continuidade e de suprimento eletro energético do SIN.
- (VIII) Outras que lhe forem atribuídas pelo Poder Concedente.
- (IX) A previsão de carga e planejamento da operação dos Sistema Isolados.

- (X) A proposição de regras para a previsão de carga e para o planejamento da operação dos Sistemas Isolados, consolidadas em procedimentos operacionais, a serem aprovadas pela ANEEL em regulação específica.

O patrimônio do ONS é constituído pelos Centros de Operação próprios e respectivos sistemas associados, assim como, pelo conjunto de seus bens e equipamentos instalados nas localidades de Brasília, Rio de Janeiro, Florianópolis e Recife.

O ONS é constituído por membros associados e membros participantes. Os membros associados estão representados pelos agentes de geração com usinas despachadas de forma centralizada, agentes de transmissão, agentes importadores e exportadores com ativos de transmissão conectados à rede básica, agentes de distribuição integrantes do SIN e consumidores que tenham exercido a opção prevista nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e que estejam conectados à rede básica.

Os membros participantes do ONS são: os Conselhos de Consumidores e os agentes de geração com usinas não despachadas centralizadamente e os de distribuição detentores de concessão, permissão ou autorização para distribuir energia elétrica em montantes inferiores a 500 GWh/ano, integrantes do SIN.

Nos termos do artigo 34 do estatuto social, são fontes de recursos do ONS:

- (I) Contribuições de seus membros associados, proporcional ao número de votos na Assembleia Geral, incluídas na Parcela "A" para fins de repasse tarifário e recolhidas por outros associados e agentes do setor elétrico que não estão sujeitos a repasse tarifário.
- (II) Recursos decorrentes do orçamento elaborado pelo ONS e aprovado pela ANEEL:
  - (a) Repassados pelos associados e agentes do setor elétrico conectados à rede básica, cujos valores são incluídos na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST e na Parcela "A" das Tarifas do Serviço de Energia Elétrica.
  - (b) Recolhidos por outros associados e agentes do setor elétrico que não estão sujeitos a repasse tarifário.
  - (c) Outras receitas autorizadas pela ANEEL.
  - (d) Receitas provenientes da emissão de documentos e prestação de serviços aos agentes do setor elétrico.
  - (e) Receitas provenientes de convênios firmados com entidades sem fins lucrativos.
- (III) Outras fontes que venham ser autorizadas pela ANEEL.

O ONS está constituído sob a forma de associação civil de direito privado e sem fins lucrativos, porém, está sujeito a tributação de impostos federais e municipais.

## 1.1 Pandemia de COVID-19 e principais ações realizadas

A continuidade da pandemia de Covid-19 em 2021 trouxe novos desafios: manter as medidas de prevenção já tomadas no ano anterior, incluindo a manutenção do trabalho remoto para todos os empregados que não atuam nas salas de controle, e, ao mesmo tempo, planejar novas adaptações e iniciar um processo de retorno gradual e voluntário, possibilitado pelo elevado percentual de profissionais imunizados com duas doses da vacina contra o Coronavírus.

Foram empenhados todos os cuidados possíveis, sempre buscando as melhores soluções disponíveis e o alinhamento às diretrizes da OMS, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho, bem como a manutenção do Gabinete de Crise Covid-19, grupo multidisciplinar envolvendo os Diretores, que se reúne semanalmente.

As equipes de Operação em Tempo Real permaneceram atuando presencialmente, pois são essenciais para operar o sistema de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil. Para tanto, contaram com amplo suporte do ONS para proteção e prevenção à Covid-19, para preservar a saúde de todos.

O ONS deu continuidade às adequações necessárias para a ampliação da segurança sanitária para proteger todos os profissionais, principalmente as equipes que continuaram atuando presencialmente nas unidades do Operador e para mitigar os riscos de disseminação do Coronavírus nas salas de controle e nas instalações prediais.

Para o início do retorno presencial e gradual no Rio de Janeiro, foi lançado um aplicativo, para reserva de mesas, garagem, refeitório e lanchonete, bem como a instalação de purificadores de ar no sistema de climatização. Cabe destacar que nas recepções das quatro localidades foram incluídas barreiras de proteção à entrada dos prédios.

## 1.2 Gestão da crise hídrica

O ONS, junto às demais instituições do Setor Elétrico Brasileiro, empenhou todos os esforços para atravessar a pior crise hídrica dos últimos 91 anos, desde setembro de 2020 e durante praticamente todo o ano de 2021.

Em março de 2021, o Operador propôs ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) o Plano de Ação para a Transição do Período Seco para o Período Úmido de 2021, composto por 35 linhas de ação para a garantia do atendimento aos requisitos de energia e potência do SIN e cujos desenvolvimentos careceriam de atuação das instituições do setor, inclusive na interface com outros órgãos, como Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), além dos demais incluídos no CMSE – MME, ANEEL, e CCEE e EPE.

As ações empreendidas pelo ONS e demais agentes e instituições do setor contribuíram decisivamente para preservar o armazenamento dos reservatórios ao longo do período seco de 2021 e na transição para o período úmido 2021/2022. Com isso, foi possível encerrar 2021 com níveis mais altos que os atingidos na mesma época nos dois anos anteriores.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de instrumentos derivativos e benefícios a empregados tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, intangível (amortização) e instrumentos financeiros. O ONS revisa suas estimativas e premissas anualmente.

A Administração do ONS autorizou em 08 de março de 2022 a emissão dessas demonstrações financeiras para aprovação e emissão de parecer em 16 de março de 2022 pelo Conselho Fiscal, posterior exame pelo Conselho de Administração, divulgação e deliberação em Assembléia Geral Ordinária.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Entidade também estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

### 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

#### Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

- CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis  
O CPC 26 (R1) orienta que as despesas sejam analisadas de acordo com sua natureza ou de acordo com sua função na entidade, ou seja, da melhor forma a prestar informações confiáveis e mais pertinentes. O ONS apresentou a análise de despesas por função, que é a forma tradicional no ambiente contábil brasileiro.
- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021.



As alterações mencionadas acima não tiveram impactos para o ONS.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

### 3. Políticas contábeis

#### 3.1. Reconhecimento de receita

De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o princípio fundamental reconhecer a receita para retratar a transferência de bens ou serviços aos clientes quando ocorre a transferência do controle e por um valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca dos referidos bens ou serviços.

A receita oriunda dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão é aprovada pela ANEEL, com base no orçamento trianual do ONS, em montante suficiente para cobertura dos dispêndios a serem realizados no ciclo orçamentário seguinte, sendo a cobrança aos associados e agentes do setor elétrico modulada mensalmente de acordo com a necessidade de recursos para a cobertura dos dispêndios e reconhecida no resultado do exercício pelos valores efetivamente faturados.

A receita da contribuição dos membros associados, é aprovada na Assembleia Geral, na proporção do número de votos de cada agente.

#### Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

### 3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros substituiu em 1º de janeiro de 2018 a norma vigente CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros;
- (b) redução do valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas em crédito esperadas").

No que tange a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros a norma estabelece o custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o valor justo por meio do resultado como critérios básicos de reconhecimento.

O ONS reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros através do preço de transação, e registra a mensuração de acordo com o critério de custo amortizado, que compreende ativos que são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, sendo pagos somente os valores de principal e juros.

A norma exige que a empresa registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, o ONS levou em consideração seu procedimento atual de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação. Em função do atual procedimento de gerenciamento de risco e de crédito, o ONS não apresentou impacto em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas.

#### Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de Hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por *hedge*. O ONS adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

O valor justo do instrumento derivativo usado para fins de *hedge* assim como as movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, estão divulgados na Nota 27.

#### **(a) Hedge de fluxo de caixa**

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado.

Quando o item protegido acaba resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e perdas diferidos de *hedge* e o valor no tempo diferido dos pontos a termo diferidos, se existirem, são incluídos no custo inicial do ativo. Os valores diferidos são reconhecidos por fim no resultado quando o item protegido afeta os ganhos ou as perdas.

Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativo e os custos de *hedge* diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado.

#### Efetividade do hedge

A efetividade de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.

O ONS contrata derivativos em moeda estrangeira (NDFs) com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. Como houve correspondência de todos os termos essenciais durante o ano, a relação econômica foi 100% eficaz.

Para avaliação subsequente de efetividade da contabilidade de *hedge*, o ONS efetua análise qualitativa para garantir a manutenção da relação econômica entre o instrumento e o objeto de *hedge*.

#### **(b) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Em 31 de dezembro de 2021 o ONS não possui derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O ONS considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por definição, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### 3.4. Recursos de encargos de uso sistema de transmissão e Contribuição dos membros associados

Correspondem aos recursos oriundos dos encargos de uso sistema de transmissão e contribuição dos membros associados, os quais incluem a cobrança aos agentes e associados do ONS, deduzidos, quando aplicável, das perdas prováveis na realização dos créditos, contabilizados com base no regime de competência.

### 3.5. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridas.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo das vidas úteis estimada dos ativos, como segue:

Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15 a 25 anos
Arrendamento	8 a 19 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### 3.6. Despesas Antecipadas

Em Despesas Antecipada, os itens de maior representatividade são aqueles associados a renovação de licenças de software. As contratações associadas a renovação de direito de uso de softwares tem diversas e diferentes práticas comerciais, em como uma variedade de nomenclaturas praticadas.

Os custos com a renovação de licença de uso são registrados em Despesas Antecipadas.

As renovações de licença são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e eventuais perdas de valor recuperável, quando aplicável. O período e o método de amortização para essas renovações, acompanham os prazos contratuais de aquisição. A amortização é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa e consistente com a utilização da licença.

### 3.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis do ONS com vida útil definida estão representados por softwares e projetos em curso que serão utilizados na gestão da organização e na execução das atividades de coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do SIN. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o ONS não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### 3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Não foram identificados indicativos de perda de ativos não financeiros nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 3.9. Impostos

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

### 3.10. Provisões

#### Geral

Provisões são reconhecidas quando o ONS possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórios

O ONS é parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais de

acordo com o pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

### 3.11. Arrendamento

O ONS avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2), um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O ONS reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental do ONS.

O ONS não contratou nenhum novo contrato de arrendamento relativo ao exercício de 2021.

## 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras do ONS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

#### Valor justo de derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O ONS usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O ONS utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O ONS reconhece provisão para causas fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para

levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro - IFRIC 23/ CPC 22**

No que se refere a tratamentos fiscais incertos, previstos no IFRIC 23 / CPC 22 quanto ao imposto de renda e contribuição social e, também para os demais tributos, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo ONS nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

## **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	Remuneração (% do CDI)	2021	2020
Contas bancárias		1.253	676
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários			
Banco Santander Brasil S.A.	102,0	32.238	-
Banco Santander Brasil S.A.	100,6	-	10.230
Banco Bradesco		3	2
Compromissada			
Banco Santander Brasil S.A.		4.301	11.000
		36.542	21.232
		37.795	21.908
Total de caixa e equivalentes de caixa			

As aplicações financeiras do ONS referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário e Operação Compromissada, com conversibilidade imediata e remuneração pelo CDI e isenção de IOF, portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício.

Os saldos das contas bancárias, e das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Operações Compromissadas podem ser resgatados a qualquer momento, e são mantidos em sua totalidade em bancos de primeira linha.

## **6. Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão**

As contribuições de terceiros oriundas dos encargos de uso do sistema de transmissão são cobradas dos agentes de geração, distribuição, importadores, exportadores e dos consumidores livres, conforme condições previstas nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), que têm por objeto a prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle da operação dos sistemas eletroenergéticos interligados, das interligações internacionais e de administração dos serviços de transmissão prestados pelas concessionárias de transmissão, observados os procedimentos e os padrões estabelecidos nos procedimentos de rede, na legislação e na regulação vigente e a administração da cobrança e da liquidação dos encargos estabelecidos no "CUST" e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.



O valor de R\$70.029 (R\$60.254 em 2020), apresentado no ativo circulante, líquido de impostos e contribuições retidos na fonte, corresponde aos valores a vencer e vencidos. Os valores a vencer, no montante de R\$65.540 (R\$56.091 em 2020), possuem expectativa de liquidação em quatro parcelas, com vencimentos em 05, 15, 25 e 35 dias.

	2021	2020
A vencer	65.540	56.091
Vencido		
De 1 a 30 dias	176	35
De 31 a 60 dias	43	130
De 61 a 90 dias	72	8
De 91 a 120 dias	53	5
De 121 a 180 dias	49	10
Mais de 180 dias	4.096	3.975
	<b>4.489</b>	<b>4.163</b>
	<b>70.029</b>	<b>60.254</b>

O ONS monitora seu contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2021 composto, substancialmente, por valores em atraso há mais de 180 dias. Tais montantes são complementados por valores estimados com base nas perdas históricas e reconhecidos na linha de despesas de operação do sistema.

A movimentação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa está representada na tabela a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(3.975)	(3.759)
Complemento de provisão no exercício	(185)	(293)
Reversão de provisão no exercício	64	77
Saldo no final do exercício	<b>(4.096)</b>	<b>(3.975)</b>

## 7. Contribuição dos membros associados

A contribuição dos membros associados é definida e aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária do ONS, mediante rateio com base no número de votos de cada associado a ser aplicado em cada ciclo orçamentário.

Desta forma, o limite total das receitas de contribuições a serem cobradas em cada período e os valores correspondentes aos exercícios estão demonstrados na tabela a seguir:

Data da Assembleia	Período	Valor total aprovado	Faturamento no período de janeiro a junho	Faturamento no período de julho a dezembro	Total
22 de agosto de 2019	Jan/2021 a Dez/2021	5.574	2.787	2.787	5.574
22 de abril de 2021	Jan/2021 a Dez/2021	26.005	13.003	13.002	26.005
Total do exercício findo em 31 de dezembro de 2021			15.790	15.789	31.579

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Data da Assembleia	Período	Valor total aprovado	Faturamento no período de janeiro a junho	Faturamento no período de julho a dezembro	Total
25 de abril de 2019	Jul/2019 a Jun/2020	23.693	11.847	-	11.847
22 de agosto de 2019	Set/2019 a Dez/2020	27.257	13.629	13.629	27.257
28 de abril de 2020	Jan/2020 a Abr/2021	13.032	-	13.032	13.032
Total do exercício findo em 31 de dezembro de 2020			25.475	26.661	52.136

O saldo da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa em 2021 é de R\$26 (R\$0 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber de contribuição dos membros associados era de R\$86 (R\$114 em 2020).

## 8. Impostos e contribuições sociais compensáveis

	2021	2020
<b>Circulante</b>	<b>10.045</b>	<b>9.965</b>
Imposto de Renda (IRPJ)	6.321	5.443
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	1.051	793
Programa de Integração Social (PIS)	4.848	3.660
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	49	49
ISS	10	10
INSS a compensar	<b>22.324</b>	<b>19.920</b>
<b>Não circulante</b>	<b>170</b>	<b>167</b>
INSS a recuperar	170	167

O ONS está sujeito à tributação e a retenção na fonte de determinados tributos. Os saldos correspondentes aos créditos tributários, são, principalmente, associados à saldos negativos de IRPJ e CSLL e retenções na fonte de PIS e COFINS e serão objeto de futura compensação com impostos e contribuições a recolher. Os tributos acima serão compensados nos próximos 12 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

## 9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Imposto de renda diferido	1.394	994
Provisão para contingências trabalhistas	3.819	3.790
Provisão para contingências fiscais	1.385	1.378
Provisão para contingências regulatórias	2	2
Provisão Contingência Cíveis	46	41
Provisão Contingência Ambientais	1.030	994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.657	5.982
Programa de participação resultados	3.072	3.072
Operações de arrendamento e ativo intangível	220	335
Cauções em garantia - Banco Santander Brasil S.A. (Nota 15)	5.596	3.704
Arrendamento CPC 06	824	798
Outras provisões	24.045	21.090
Contribuição social diferida	502	358
Provisão para contingências trabalhistas	1.375	1.364
Provisão para contingências fiscais	498	496
Provisão para contingências regulatórias	1	1
Provisão Contingência Cíveis	16	15
Provisão Contingência Ambientais	371	358
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.396	2.154
Programa de participação resultados	1.106	1.106
Operações de arrendamento e ativo intangível	79	121
Cauções em garantia - Banco Santander Brasil S.A. (Nota 15)	2.015	1.333
Arrendamento CPC 06	297	286
Outras provisões	8.656	7.592
Total	32.701	28.682

De acordo com os componentes que constituem o imposto de renda e a contribuição social diferidos no ativo, os quais se referem exclusivamente às diferenças temporárias, do saldo constituído em 31 de dezembro de 2021, o Programa de Participação nos Resultados possui expectativa de realização no exercício subsequente e o saldo remanescente deverá ser realizado até 31 de dezembro de 2024.

## 10. Imobilizado

Itens	Taxa anual de depreciação	Custo	2021	2021	2020
			Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terreno	-	3.829	-	3.829	3.829
Edificações	4%	16.783	(6.045)	10.738	10.145
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	109.336	(79.817)	29.519	29.977
Móveis e utensílios	10%	9.192	(8.042)	1.150	1.493
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	35.432	(18.024)	17.408	18.891
Direito de uso arrendamento e desmobilização (Nota 11)		435.552	(67.739)	367.813	304.855
		610.124	(179.667)	430.457	369.190
Em curso					
Edificações		65	-	65	65
Máquinas e equipamentos		23.339	-	23.339	18.040
Móveis e utensílios		409	-	409	139
Benfeitorias em imóveis de terceiros		53	-	53	126
Compras em andamento		-	-	-	631
		23.866	-	23.866	19.001
		633.990	(179.667)	454.323	388.191

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zucarato, Sinval Zaidem Gama, Marcelo Prais, Jaconias De Almeida e William Manoel Souza. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br:443> e utilize o código 7656-6E27-50FF-8F57.

Itens	Taxa anual de depreciação	2020		2020	2019
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Terreno	-	3.829	-	3.829	3.829
Edificações	4%	15.568	(5.423)	10.145	9.769
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	110.512	(80.536)	29.977	21.446
Móveis e utensílios	10%	9.184	(7.691)	1.493	2.002
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	35.306	(16.416)	18.891	19.886
Direito de uso arrendamento e desmobilização (Nota 11)		346.534	(41.679)	304.855	300.999
		<b>520.935</b>	<b>(151.745)</b>	<b>369.190</b>	<b>357.931</b>
<b>Em curso</b>					
Edificações		65	-	65	1.000
Máquinas e equipamentos		18.040	-	18.040	30.653
Móveis e utensílios		139	-	139	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros		126	-	126	479
Compras em andamento		631	-	631	68
		<b>19.001</b>		<b>19.001</b>	<b>32.200</b>
		<b>539.935</b>	<b>(151.745)</b>	<b>388.191</b>	<b>390.131</b>

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2020	Adições	Transferências	Reclassificações	Baixas	2021
<b>Em serviço</b>						
<b>Custo</b>						
Operação	114.015	-	9.851	-	(7.203)	116.663
Ativo direito de uso de imóveis (*)	346.535	89.019	-	-	-	435.554
Administração	60.385	-	1.659	-	(4.137)	57.907
	<u>520.935</u>	<u>89.019</u>	<u>11.510</u>	<u>0</u>	<u>(11.340)</u>	<u>610.124</u>
<b>Depreciação</b>						
Operação	(64.236)	(10.632)	-	-	7.180	(67.688)
Ativo direito de uso de imóveis	(41.680)	(26.060)	-	-	10	(67.730)
Administração	(45.829)	(2.553)	-	-	4.133	(44.249)
	<u>(151.745)</u>	<u>(39.245)</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>11.323</u>	<u>(179.667)</u>
<b>Em curso</b>						
Operação	18.797	13.655	(9.851)	(23)	-	22.578
Administração	204	2.720	(1.659)	23	-	1.288
	<u>19.001</u>	<u>16.375</u>	<u>(11.510)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.866</u>
	<u>388.191</u>	<u>66.149</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>454.323</u>

(\*) inclui custos de desmobilização.

	2019	Adições	Transferências	Reclassificações	Baixas	2020
<b>Em serviço</b>						
<b>Custo</b>						
Operação	94.027	-	19.983	5	-	114.015
Ativo direito de uso de imóveis (*)	321.307	25.228	-	-	-	346.535
Administração	59.842	-	548	(5)	-	60.385
	<u>475.176</u>	<u>25.228</u>	<u>20.531</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>520.935</u>
<b>Depreciação</b>						
Operação	(55.153)	(9.078)	-	(5)	-	(64.236)
Ativo direito de uso de imóveis	(20.308)	(21.372)	-	-	-	(41.680)
Administração	(41.784)	(4.050)	-	5	-	(45.829)
	<u>(117.245)</u>	<u>(34.500)</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>(151.745)</u>
<b>Em curso</b>						
Operação	31.794	6.986	(19.983)	-	-	18.797
Administração	406	346	(548)	-	-	204
	<u>32.200</u>	<u>7.332</u>	<u>(20.531)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.001</u>
	<u>390.131</u>	<u>(1.940)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>388.191</u>

O ONS possui instalação própria localizada em Brasília, onde se encontram o Centro de Operação Norte/Centro-Oeste (COSR-NCO) e o Centro Nacional de Operação do Sistema (CNOS).

As aquisições de imobilizado em curso no exercício de 2021 geraram créditos de PIS e COFINS no montante de R\$302 (R\$700 em 2020), e foram classificados na rubrica "Impostos e contribuições sociais compensáveis", no ativo circulante.

## 11. Ativos e Passivos de arrendamento

### 11.1 Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui contratos classificados como de arrendamento para os Contratos de Locação Atípica ("CLA") referentes as instalações do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente pelas taxas projetadas e prazos previstos nesses contratos de arrendamento. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato.

O ONS reconhece os créditos de PIS e COFINS mensalmente através dos pagamentos em contrapartida a depreciação e a despesa financeira de juros do resultado.

Em 2021 o ONS não identificou nenhum contrato adicional a ser enquadrado nos requisitos do CPC 06 (R2).

Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

#### a) Direito de uso de imóveis - Arrendamento

	2021	Reajuste 2021	2020
Direito de uso de imóveis (Nota 10)	429.007	88.648	340.359
Desmobilização arrendamento	6.545	-	6.175
Depreciação acumulada	(67.739)	-	(41.679)
Saldos líquidos no final do exercício	<u>367.813</u>		<u>304.855</u>

Os reajustes contratuais referentes ao ano de 2021 foram aplicados de acordo com seguintes índices oficiais: 7,82% (fevereiro), 32,03% (maio) e 21,72% (outubro) e resultaram em um aumento do passivo de arrendamento e contrapartida ao ativo de direito de uso no montante de R\$88.648.

Movimentação do direito de uso de imóveis dos arrendamentos:

	2021	2020
Saldo 1º janeiro 2021	304.855	300.99
Reajuste Contratual 2021	88.648	24.878
Desmobilização	370	350
Depreciação	(26.060)	(21.371)
Saldos líquidos no final exercício	<u>367.813</u>	<u>304.855</u>

## b) Arrendamentos a pagar

	2021	2020
Arrendamentos a pagar	573.178	476.190
Juros de arrendamento	(189.535)	(162.693)
	<b>383.643</b>	<b>313.496</b>
Parcela do circulante	21.376	16.191
Parcela do não circulante	<b>362.267</b>	<b>297.306</b>

### Movimentação dos arrendamentos:

	2021	2020
Saldo 1º janeiro 2021	313.496	303.146
Reajuste Contratual 2021	88.648	24.878
Pagamentos	(38.956)	(32.689)
Juros apropriados	21.141	18.161
Saldos líquidos no final exercício	<b>384.329</b>	<b>313.496</b>

### Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamento:

	2021	2020
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em despesas - encargo total de depreciação - Nota 10)		
Arrendamento	(26.060)	(21.372)
	<b>(26.060)</b>	<b>(21.372)</b>
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 21)	(21.141)	(18.161)

Os créditos de PIS/COFINS sobre a operação de arrendamento correspondem ao valor de R\$2.411 em 2021 (1.977 em 2020).

## 11.2 Contratos de Locação Atípica (CLA) – Adiantamento a fornecedores

Desde 1998, ano de sua constituição, o ONS utilizava as instalações de empresas subsidiárias da Eletrobras, através de contratos de locação, nas localidades do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis para alocação de suas instalações regionais, principalmente seus centros de operação.

Considerando a necessidade da expansão do ONS de forma permanente e estruturada, foram desenvolvidos estudos que apontaram para a consecução de um projeto para implementação de novas instalações no Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis.

Para viabilizar a construção de instalações a serem utilizadas pelo ONS, em atendimento às suas necessidades prediais, foi adotada a modalidade de contratação de locação atípica de bem imóvel - built to suit, que consiste na locação sob encomenda, onde o locatário apresenta ao locador todas as características do imóvel a ser locado, tais como: localização, tamanho, tipo de construção, entre outras exigências.

Em consonância com essa decisão, foram assinados contratos de locação atípica ("CLA") e, posteriormente, aditivos com empreendedores diferentes para a construção das instalações do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis.

Esses contratos, em atendimento a legislação societária e em decorrência das próprias características negociais associadas aos pagamentos, produzem impactos nas demonstrações do ONS.

Os Contratos de Locação Atípica ("CLA") e seus aditivos firmados pelo ONS com os empreendedores referentes as instalações do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis, preveem, além das parcelas mensais de aluguel a partir da conclusão dos imóveis, pagamento de parcelas intermediárias em datas definidas.

Todas as parcelas intermediárias estipuladas nos contratos de locação já foram integralmente liquidadas pelo ONS nas datas contratuais estabelecidas, sendo seus correspondentes valores apropriados no resultado mensalmente durante o período de vigência dos contratos.

Conforme expediente prático utilizado na adoção do CPC 06 (R2) de exclusão dos custos diretos iniciais, as parcelas intermediárias pagas aos empreendedores das três localidades, que serão apropriadas ao resultado até o término dos contratos, mantiveram-se classificadas em adiantamento a fornecedores e estão representadas no quadro abaixo:

	2021	2020
Ativo circulante	372	372
CLA - Rio de Janeiro	378	378
CLA - Florianópolis	288	288
CLA - Recife	-	-
Outros adiantamentos a fornecedores	1.038	1.038
Ativo não circulante	5.765	6.137
CLA - Rio de Janeiro	1.920	2.297
CLA - Florianópolis	1.443	1.732
CLA - Recife	9.128	10.166

#### Movimentação Ativo Circulante:

	2021	2020
Saldo 1º janeiro 2021	1.059	1.059
Apropriação despesa	(1.059)	(1.059)
Transferência não circulante	1.038	1.038
Saldos líquidos no final exercício	1.038	1.038

#### Movimentação Ativo Não Circulante:

	2021	2020
Saldo 1º janeiro 2021	10.166	11.204
Transferência Circulante	(1.038)	(1.038)
Saldos líquidos no final exercício	9.128	10.166

#### Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

	2021	2020
Apropriação despesa	(1.038)	(1.059)
Saldo	(1.038)	(1.059)

## 12. Intangível



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Taxa anual de amortização	2021	2020
Em serviço			
Software		195.629	184.813
Amortização	20%	(172.743)	(161.439)
		<u>22.886</u>	<u>23.374</u>
Em curso			
Intangível em curso		42.760	29.015
		<u>65.646</u>	<u>52.388</u>

O ONS possui sistemas computacionais em desenvolvimento para o aprimoramento da operação do Sistema Interligado Nacional - SIN e para seus processos de gestão e controle. Esses sistemas computacionais possuem previsão de encerramento até 31 de dezembro de 2024, para posterior entrada em produção. A composição do intangível em Curso é demonstrado a seguir:

Intangível Em Curso	2021	2020
Projeto Base de Dados das Instalações de Transmissão - BDIT	7.929	1.585
Desenvolvimento do Sistema SAAT	7.140	3.194
Desenv. do Sist. de Gestão da Program. Diária Eletroenergética do SIN - SGPDES	6.629	6.629
Desenvolvimento do Sistema SAGER	6.431	4.036
Desenvolv. do Projeto de Geração de Cenários de Vazões - PGCV	4.001	3.251
Desenvolvimento do Montador DESSEM	2.179	1.502
Sistema Gestão da Informação e Documentos Solução ECM/PR	1.427	331
Sistema de Gerenciamento dos dados Hidráulicos, Hidrológicos e Hidroenergéticos (SGHidro)	976	285
Sistema de Gestão de Intervenções da Operação SGI - OP	601	179
Gestão de Conteúdo do MPO Fase 2	575	378
Sistema SGI Integração	489	-
Sistema de Modernização do CFTV	227	-
Implantação de Nova Plataforma para o Relatório Diário da Operação – RDO	-	3.674
Desenvolvimento de projeto piloto do FEWS para previsão vazões diárias	-	814
Desenvolvimento do Sistema de Apuração da Carga Global	-	610
Gestão de Conteúdo para os Procedimentos de Rede	-	543
Remodelagem Intranet ONS	-	275
Rede de Gerenciamento de Energia - REGER ciclo 2	-	271
Softwares diversos	4.156	1.458
	<u>42.760</u>	<u>29.015</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2020	Adições	Transferências	2021
Em serviço				
Custo				
Operação	144.627		10.170	154.797
Administração	40.186		646	40.832
	184.813		10.816	195.629
Amortização				
Operação	(123.293)	(10.184)		(133.477)
Administração	(38.146)	(1.120)		(39.266)
	(161.439)	(11.304)		(172.743)
Em curso				
Operação	28.408	22.711	(10.170)	40.949
Administração	607	1.850	(646)	1.811
	29.015	24.561	(10.816)	42.760
	52.388	13.257	-	65.646
	2019	Adições	Transferências	2020
Em serviço				
Custo				
Operação	137.404		7.223	144.627
Administração	39.936		250	40.186
	177.340		7.473	184.813
Amortização				
Operação	(112.677)	(10.616)		(123.293)
Administração	(36.789)	(1.357)		(38.146)
	(149.466)	(11.973)		(161.439)
Em curso				
Operação	22.243	13.388	(7.223)	28.408
Administração	293	564	(250)	607
	22.536	13.952	(7.473)	29.015
	50.409	1.979	-	52.388

### 13. Salários e encargos sociais

	2021	2020
Salários	60	75
IRRF sobre folha de pagamento	8.244	7.190
INSS	5.299	4.661
FGTS	1.884	1.725
Previdência Privada	2.376	-
Contribuição Sindical	13	-
	17.876	13.651

## 14. Tributos e contribuições sociais

	2021	2020
PIS	1.186	1.050
COFINS	5.465	4.837
ISS	263	102
IRRF retido na fonte sobre serviços	1.324	485
CSLL, PIS e COFINS retidos na fonte sobre serviços	90	83
CIDE		
	<b>11.887</b>	<b>9.686</b>

## 15. Cauções em garantia

Em 17 de outubro de 2018, o ONS renovou termo de parceria comercial com o Banco Santander Brasil S.A. para realização do processamento da folha de pagamento dos funcionários do ONS, tendo recebido R\$2.300 para manutenção de termos contratuais pelo prazo de 5 anos, os quais foram reconhecidos como receita antecipada na rubrica "Cauções em garantia" com apropriação futura pelo igual prazo contratual. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo correspondente a essa receita ainda não realizada é de R\$882, sendo R\$460 registrados no passivo circulante e R\$422 no passivo não circulante.

## 16. Plano de previdência complementar

O ONS atua como patrocinador do plano de previdência privada oferecido aos seus empregados, o qual é administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social ("ELETROS").

O plano de previdência privada é na modalidade de contribuição variável. Nesta modalidade durante a fase de acumulação, o plano é na modalidade de contribuição definida. No entanto, na fase de pagamento de benefícios, por oferecer, como opção, um benefício na forma de renda vitalícia, apresenta características de benefício definido. Adicionalmente, o plano de previdência privada também oferece benefícios de pecúlio por invalidez ou morte para os participantes ativos e assistidos, o que pode gerar uma obrigação atuarial a ser contabilizada no ONS.

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos benefícios descritos acima são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o valor presente das obrigações atuariais descritas acima e o valor justo dos ativos do plano, não existem elementos, baseados nas características do plano e nas obrigações com seus funcionários, que indiquem a necessidade do reconhecimento de um ativo ou passivo atuarial.

## Contribuições patronais

O ONS efetua o pagamento das contribuições de forma contratual. O ONS não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o ONS contribuiu com o valor de R\$13.354 (R\$12.122 em 2020), o qual se encontra registrado na rubrica de despesas de pessoal, na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das obrigações em aberto, referente às contribuições sobre a remuneração do mês de dezembro e sobre o 13º salário totalizou R\$2.156 (R\$- em 2020).

A ELETROS também administra a complementação do auxílio doença, no qual o custeio é exclusivo do ONS. A contribuição mensal corresponde a 0,25% da folha líquida mensal, conforme definido pela ELETROS. O benefício relativo ao auxílio doença não traz risco atuarial para o ONS.

## 17. Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Provisão de férias e encargos sociais	37.829	35.144
Provisão do Programa de Participação nos Resultados – PPR e Performance Organizacional PO	26.626	23.929
	64.455	59.073
Adiantamento de férias e 13º salário	(2.419)	(1.956)
	<u>62.036</u>	<u>57.117</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Provisão do Programa de Participação nos Resultados e Performance Organizacional, que é composta de até duas remunerações conforme aprovado pelo Conselho de Administração e pela ANEEL, está fixada no percentual de 98,20% para empregados e 98,90% para Diretores, e de acordo com a apuração das metas que compõe o referido Programa referente ao exercício de 2021. O pagamento da PPR 2021 foi realizado em janeiro 2022.

## 18. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

Em 31 de dezembro, a provisão para contingências estava composta da seguinte forma:

	2021	2020
Fiscais	15.275	15.159
Multas ANEEL	13.618	12.838
Regulatórios	5.538	5.510
Trabalhistas	5.577	3.978
Ambientais	183	164
Cíveis	9	8
	<u>40.200</u>	<u>37.657</u>

O ONS mantém provisão de natureza Fiscal referente ao Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, por meio do qual enquadrado o ONS no CNAE 7112 (Serviços de Engenharia) desconsiderando o CNAE 9411 (Atividades de Organizações Associativas Patronais e

Empresariais), implicando em cobrança de diferenças da contribuição ao Risco Ambiental do Trabalho – RAT do período de 01.2014 a 12.2017. O ONS interpôs recurso voluntário junto ao CARF. O valor da contingência em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 13.188 (R\$ 12.663 em 2020). Adicionalmente, o ONS mantém provisão referente a não homologação, pela Receita Federal do Brasil e União, de compensação de impostos e contribuições sociais com créditos tributários cujo montante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.087 (R\$2.496 em 2020). O valor total das contingências em 31 de dezembro de 2021 montam a quantia de R\$ 15.275 (R\$ 15.159 em 2020).

Em relação às multas ANEEL, o processo, referente ao Projeto Siga, foi arquivado em esfera administrativa, em virtude do ajuizamento de ação judicial anulatória. E o prognóstico, em atendimento aos normativos internos do ONS, bem como ao histórico favorável ao ONS em ações semelhantes, foi alterado para remoto, sendo a provisão revertida em 2021 no valor de R\$ 5.856.

Por outro lado, em função da ocorrência no Estado do Amapá em novembro de 2020, em que um incêndio na subestação de Macapá danificou os transformadores ocasionando um blecaute na grande maioria dos municípios do Amapá, o ONS recebeu um auto de infração. Devido ao processo transitar na esfera administrativa, o prognóstico, em atendimento aos normativos internos do ONS, foi classificado como provável em 2021, sendo constituída a provisão no valor de R\$5.841. O valor total das contingências em 31 de dezembro de 2021 montam a quantia de R\$ 13.618 (R\$ 12.838 em 2020).

O ONS mantém provisão para ações de natureza trabalhista propostas contra o ONS, que na opinião de seus advogados, possuem prognóstico provável de perda e estimam em 31 de dezembro de 2021 o total de R\$5.577 (R\$3.978 em 2020) correspondente à provável perda referente à tais contingências.

A Gerência Executiva Jurídica (JD) do ONS também estima que está incluído nesse montante, um valor de R\$27 (R\$26 em 2020) referente a auto de infração do ano de 2007 pelo não cumprimento da cota de empregados com deficiência ("PcD"). Tal auto de infração foi impugnado pelo ONS e aguarda análise pela Delegacia Regional do Trabalho.

Em 2021, em cumprimento a decisão proferida pelo STF, nos autos das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 58 e 59, bem como nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5867 e 6021, que concluiu pela inconstitucionalidade da aplicação da Taxa Referencial (TR) para a correção monetária de débitos trabalhistas e de depósitos recursais no âmbito da Justiça do Trabalho, o ONS realizou a atualização monetária nos contingenciamentos trabalhistas utilizando as taxas IPCA-E e SELIC, de acordo com cada circunstância.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2020	Constituição	Reversão	Atualização	Pagamentos	2021
Multas ANEEL	12.837	5.930	(5.856)	707	-	13.618
Regulatórios	5.510	620	(107)	(485)	-	5.538
Fiscais	15.160	-	-	568	(453)	15.275
Trabalhistas	3.978	657	(533)	1.475	-	5.577
Cíveis	8	-	-	1	-	9
Ambientais	164	-	-	19	-	183
	37.657	7.207	(6.496)	2.285	(453)	40.200

### Passivo contingente avaliado como perda possível

Além das contingências descritas anteriormente, existem ações, que no entendimento da Administração do ONS, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, possui probabilidade de perda possível, cujas principais estão descritas a seguir:

#### Risco de natureza regulatória (I)

Importa destacar, ainda, que o ONS figura no polo passivo de 9 processos judiciais de natureza regulatória cujo risco total envolvido é de R\$6.909, sendo este montante composto integralmente por ônus de caráter sucumbencial.

#### Risco de natureza fiscal (I)

Em 29 de abril de 2015, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração com objetivo de consubstanciar a cobrança de diferença de recolhimentos a título de RAT, do período de 12/2012 e 11/2013.

O ONS apresentou impugnação ao referido auto de infração, todavia, a decisão proferida pela DRF pelo não conhecimento da impugnação do ONS. Contra essa decisão foi apresentado recurso voluntário ao CARF, o qual ainda encontra-se pendente de julgamento.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor estimado do processo é R\$827.

## 19. Receita líquida

	2021	2020
Receita de contribuições de terceiros	661.000	528.000
Contribuição dos membros associados (Nota 7)	31.579	52.136
	<b>692.579</b>	<b>580.136</b>
Deduções da receita		
PIS	(11.455)	(9.595)
COFINS	(52.781)	(44.216)
ISS	(33.050)	(26.400)
	<b>(97.286)</b>	<b>(80.211)</b>
Receita líquida	<b>595.293</b>	<b>499.925</b>

As Receitas do Operador são diretamente associadas aos valores orçados e aprovados, em última instância, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Importante destacar, que conforme disposto na Resolução Normativa 780, no Art 3º, §4º, “O ONS poderá modular mensalmente a receita proveniente da TUST ao dispêndio mensal respeitado o valor definido para o ciclo tarifário da TUST”.

Em 2021 houve a retomada gradual das atividades presenciais, reprogramadas em 2020 devido à pandemia covid-19. Com isso, algumas atividades foram implementadas e finalizadas.

Neste contexto, o acréscimo na Receita Líquida justifica-se pela modulação da receita diante da maior necessidade de recursos, bem como pelo aumento das despesas nas rubricas de pessoal e serviços de terceiros.

## 20. Despesas de Operação do Sistema

	Nota	2021	2020
Pessoal	20.1	(344.044)	(300.943)
Administradores		(9.907)	(9.359)
Treinamento		(2.928)	(1.600)
Material		(8.804)	(2.992)
Serviço de terceiros		(129.931)	(110.645)
Depreciação e amortização		(48.139)	(44.496)
Tributos e contribuições sociais		(2.451)	(2.349)
Arrendamentos e aluguéis		(2.627)	(2.715)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(147)	(200)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios		(2.544)	(8.000)
Outras despesas	20.2	(2.115)	(3.821)
		<b>(553.637)</b>	<b>(487.120)</b>

### 20.1. Pessoal

Em 31 de dezembro de 2021, o ONS conta com 874 empregados (865 em 2020), sendo que desse contingente 64 são trainees e 17 jovens aprendizes. O gasto total com Pessoal em 2021 foi de R\$ 344.044 (em 2020 R\$ 300.943).

O ONS, além do salário base e dos respectivos encargos legais, pratica benefícios associados a retenção de pessoal, tais como plano de saúde e dentário, ticket alimentação e previdência privada.

Em 2021, o ONS teve 81 desligamentos. Desse número, 31 (7 em 2020) foram desligados em decorrência do Programa de Transição Profissional (PTP). Esse programa teve como principal objetivo proporcionar a sucessão e a gestão do conhecimento de forma organizada, sustentada e programada. O impacto desse processo é observado nas rubricas rescisórias, conforme quadro a seguir:

	2021	2020
Salário base, trainee, menor aprendiz, horas extras, adicionais, sobreaviso	151.429	138.376
Encargos sociais	53.818	48.750
Aviso Prévio	2.513	1.060
Multa de 40% FGTS	6.416	2.273
Férias Indenizadas	199	77
13º Salário Indenizados	77	77
	9.324	3.487
Previdência privada	17.009	14.257
Plano de saúde	11.759	12.275
Outros benefícios sociais	18.617	15.426
	47.385	41.958
Provisões Trabalhistas	52.061	36.733
Outros	30.027	31.639
Total	344.044	300.943

## 20.2. Outras despesas

	2021	2020
Seguros	(824)	(514)
Anuidades e mensalidades	(503)	(540)
Estagiários	(313)	(613)
Indenizações, perdas e danos	(281)	(2.022)
Patrocínios	(160)	-
Alienação de inservíveis	(17)	-
Custas processuais	(13)	(48)
Multa e juros	(4)	(3)
Perdas contas a receber	-	(48)
Baixa de impostos a recuperar (PIS/COFINS/CSLL)	-	(33)
	<b>(2.115)</b>	<b>(3.821)</b>

## 21. Outras receitas

	2021	2020
Recebimento de sucumbência	566	-
Parceria bancária com Banco Santander Brasil S.A. (Nota 15)	460	460
Venda de inservíveis	336	3
Desconto de fornecedores	140	331
Energia elétrica ACL	2	18
Restituição IPTU	-	246
Alívio futuro de encargos despacho ANEEL (Covid 19)	-	16
	<b>1.504</b>	<b>1.074</b>

### Recebimento de sucumbência

O ONS recebeu à título de honorários de sucumbência o valor de R\$566 referente à quatro processos judiciais de natureza regulatória, registrando tal valor na rubrica "Outras Receitas Operacionais".

## 22. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	830	789
Variação cambial ativa hedge	522	-
Encargos sobre faturas em atraso	486	354
Variação monetária	483	1.081
Outras	89	50
	<b>2.410</b>	<b>2.274</b>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	(19.884)	(17.115)
Juros sobre atraso	(286)	-
IOF sobre aplicação financeira	(114)	-
Multas dedutíveis	(75)	-
Tarifa bancária	(53)	(48)
Variação cambial passiva hedge	(35)	-
Multas indedutíveis	(32)	-
Juros sobre empréstimos e financiamento	-	(230)
Tributos sobre empréstimos	-	(94)
	<b>(20.479)</b>	<b>(17.487)</b>
Resultado financeiro, líquido	<b>(18.069)</b>	<b>(15.213)</b>



## 23. Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Superávit (Déficit) antes do imposto de renda e da contribuição social	25.091	(1.334)
Diferenças permanentes	816	2.385
Perdas permanentes	780	(7.527)
Perda temporária com efeito permanente	191	206
Incentivos fiscais	160	-
Doações	-	-
Outros	-	-
Superávit (Déficit) ajustado antes do imposto de renda e da contribuição social	27.038	(6.270)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	9.193	(2.132)
PAT - Programa de Apoio ao Trabalhador	(233)	(99)
Programa Empresa Cidadã	(191)	(205)
Outros	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	8.745	(2.460)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.764)	(5.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.019	7.745

## 24. Seguros (Não auditado)

De acordo com o estatuto social, o ONS não dispõe de ativos de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica.

Objetivando proteger e minimizar riscos dos seus investimentos nos ativos de sua propriedade, o ONS contrata anualmente uma apólice de Seguro Compreensivo Empresarial ou Seguro Multirisco Patrimonial.

A vantagem dessa modalidade de Seguro é ter uma apólice com vários locais de risco e valores diferenciados e ainda, a possibilidade de contratação com Limite Máximo Indenizável Único.

Os ativos segurados, nessa apólice, compreendem o imóvel ocupado pelo Centro Nacional de Operação do Sistema ("CNOS"), equipamentos de informática, equipamentos de telecomunicações, equipamentos de infraestrutura, móveis e utensílios dos centros regionais de operação e escritório central.

Devido às obrigações contratuais assinadas nos Contratos de Locação Atípica de Bem Imóvel do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis (Nota 11), é de responsabilidade do ONS a contratação do seguro referente ao valor das edificações durante a vigência dos contratos mantendo a locadora como principal beneficiária.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total declarado é de R\$494.800 (R\$486.900 em 2020) na modalidade de contratação correspondente ao Limite Máximo de Indenização (LMI), que considera como maior risco o valor de R\$308.365, tendo como base o prédio do Rio de Janeiro (R\$301.836 em 2020). Em caso de sinistro pela cobertura básica (incêndio/queda de raio/explosão), todos os locais estarão cobertos até o limite. A vigência da apólice atual é 31 de março de 2022.

Além da apólice de Multirisco Patrimonial informada acima, o ONS contrata também Seguros de Responsabilidade Civil para administradores e terceiros e garantia judicial. Em todas as contratações de seguro o ONS busca garantir coberturas que minimizem eventuais riscos decorrentes de sinistros ou de danos involuntários causados a terceiros.

## 25. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$9.907 (R\$9.359 em 2020).

## 26. Transações com partes relacionadas

Por força do estatuto social, o Conselho de Administração é composto, majoritariamente, pelos representantes das categorias de Produção, Transporte e Consumo, para as quais são efetuadas as cobranças dos recursos de encargos de uso sistema transmissão e contribuições associativas para viabilização do orçamento de dispêndios necessários às atividades e atribuições do ONS. Todos os valores e condições praticadas pelo ONS nessas transações são reguladas e definidas pela ANEEL, sendo, portanto, realizadas em condições usuais de mercado, considerando a natureza das atividades desempenhadas pelo ONS.

## 27. Instrumentos financeiros

O ONS efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas.

Os principais passivos financeiros do ONS referem-se às obrigações com fornecedores e obrigações trabalhistas. Os principais ativos financeiros do ONS consistem em caixa e equivalentes de caixa, recursos encargos do uso do sistema de transmissão, contribuição dos membros associados e outras contas a receber, que resultam diretamente de suas operações.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, recursos encargos do uso do sistema de transmissão, contribuição dos membros associados, outras contas a receber e obrigações com fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido à natureza e ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Um dos fatores de risco que afeta o negócio do ONS se refere ao risco de crédito atrelado às disponibilidades e às contas a receber, de uma forma geral. Todas as operações do ONS são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Quanto às contas a receber, de uma forma geral, por serem mantidas com empresas de reputação do segmento de energia, regulamentadas pela ANEEL e com aplicação de penalidades e instrumentos de garantia para casos de inadimplência, a Administração do ONS não entende que enfrente dificuldades de realização desses créditos.

Em 2021, diante do cenário econômico analisado, o ONS manteve a contratação de operação de hedge cambial com o objetivo de evitar o possível impacto da variação do dólar/euro em pagamentos contratuais, sendo considerado também como fator de risco.

Tal contratação foi estabelecida em consonância e aderência ao que estipula em sua Política Organizacional relacionada à Gestão de Riscos e Controles Internos – POL.GRC Versão 2.0, no item 2 Diretrizes, Subitem 2.14, conforme destacado abaixo:

*“Assegurar que a operação de hedge cambial seja utilizada como ferramenta de gestão visando a avaliação e monitoramento do risco de mercado, garantindo previsibilidade ao fluxo de caixa e orçamento do ONS, e esteja alinhada com os objetivos estratégicos da organização.”*

### 27.1 Hedge de Fluxo de Caixa

Mediante deliberação do Conselho de Administração, o ONS realiza estudos de aspectos econômicos, bem como cotação de taxas para a contratação de operação de hedge cambial em instituição financeira, buscando proteção contra as possíveis variações que poderiam ocorrer no fluxo de caixa, relacionadas aos passivos ou ativos reconhecidos, compromissos firmes ou transações com alta probabilidade de ocorrência, e previstas.

Seguindo o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a metodologia aplicada pelo ONS levou em consideração aspectos financeiros reconhecidos como o objeto da operação, o compromisso firme de liquidação e o fluxo de caixa altamente previsto. Além disso, foi realizado um contrato a termo firmado diretamente com o banco.

Para realizar a contabilização da operação do hedge, o ONS utilizou o critério contábil de hedge accounting que permitiu relacionar o instrumento de hedge com o item protegido, refletindo de maneira mais precisa o regime de competência. O ONS optou pelo registro no Ativo, guardando relação com o derivativo contratado.

O valor justo do instrumento derivativo de hedge de fluxo de caixa é R\$1.864 (R\$899 em 2020), registrado em outros resultados abrangentes, conforme abaixo:

	2022	2023	2024	Total
Valor justo do instrumento derivativo de hedge em R\$ mil	478	672	714	1.864

Em dezembro de 2021 o valor de R\$ 487 foi reclassificado de outros resultados abrangentes para o resultado.

#### 27.1.1 Contrato Operação de Hedge I

Diante da necessidade de dispor de um sistema único que reduzisse os riscos de contingenciamento e os custos de operação e manutenção dos sistemas de supervisão e controle dos seus Centros de Operação, o ONS especificou e implantou um sistema integrado e distribuído, com capacidade para oferecer unicidade de informações em um ambiente de alta disponibilidade e flexível para permitir sua evolução constante, denominado Rede de Gerenciamento de Energia – REGER.

Uma das ferramentas computacionais que compõe o REGER é o software Plant Information – PI, fornecido pela empresa Osisoft LL. Sua primeira contratação anual foi realizada em 2009. A partir disso, foram realizados dois aditivos para renovação de licenciamento de uso anual, objetivando a prorrogação de prazo de vigência do contrato por mais 05 (cinco) anos contados do seu término em 31/12/2019, passando o seu término para 31/12/2024.

Seguem informações acerca do contrato de operação de hedge I:

	2021	2022	2023	2024	Total
Compromissos futuros já contratados em US\$ mil	828	828	828	828	3.312
Taxa Banco	4,8000	5,0107	5,2977	5,6350	-
Valor em R\$ mil	3.975	4.149	4.388	4.667	17.179

Em 2021 foi registrado na rubrica "receitas financeiras" (Resultado Financeiro – nota 22) o valor de R\$522 decorrente de variação ativa do contrato de operação de hedge I.

### 27.1.2 Contrato Operação de Hedge II

O ONS desenvolveu um modelo próprio de previsão de geração eólica que, utilizando-se de três previsões de vento de fornecedores diferentes (GFS, CPTec e ECMWF), produz três previsões de geração eólica (em MW). A partir da combinação destas três previsões, gera mais uma previsão para utilização no Programa Diário de Produção. Estas quatro previsões, alimentam o Sistema IDPG (Integração de Dados de Previsão de Geração, desenvolvido em conjunto com a PDT e OSD), que é utilizado nas Salas de Controle do ONS.

Além destas quatro previsões, a sala de controle recebe no IDPG mais duas previsões de um fornecedor externo, a Meteorológica S.A., que utiliza como insumo diversos modelos de previsão de vento e metodologia própria.

Seguem informações acerca do contrato de operação de hedge II:

	junho/2021	setembro/2021	dezembro/2021	março/2022	Total
Compromissos futuros já contratados em € mil	23	23	22	22	91
Taxa Banco	6,6422	6,7330	6,8352	6,9555	-
Valor em R\$ mil	152	154	149	159	614

Em 2021 foi registrado na rubrica "despesas financeiras" (Resultado Financeiro – nota 22) o valor de R\$35 decorrente de variação passiva do contrato de operação de hedge II.

### 27.2 Instrumentos financeiros por categoria

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>				
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.253	36.542	-	37.795
Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão	65.933	-	-	65.933
Instrumentos financeiros derivativos - hedge	-	-	1.864	1.864
	<b>67.186</b>	<b>36.542</b>	<b>1.864</b>	<b>105.592</b>

	<b>Custo Amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado abrangente</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>				
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	32.402	-	-	32.402
Arrendamento	384.330	-	-	384.330
	<b>416.732</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>416.732</b>

	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado abrangente</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>				
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	676	21.232	-	21.908
Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão	56.279	-	-	56.279
	<b>56.955</b>	<b>21.232</b>	<b>-</b>	<b>78.187</b>

	<b>Custo Amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado abrangente</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>				
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	17.451	-	-	17.451
Arrendamento	313.497	-	-	313.497
Instrumentos financeiros derivativos - hedge	-	-	(899)	(899)
	<b>330.948</b>	<b>-</b>	<b>(899)</b>	<b>330.049</b>

### 27.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- O valor justo dos *swaps* de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.
- O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro de 2021 o ONS não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 3.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do ONS mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2021.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos</b>				
CDB	-	32.241	-	32.241
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	4.301	-	4.301
Instrumentos financeiros derivativos - hedge	-	1.864	-	1.864
<b>Total do ativo</b>	-	<b>38.406</b>	-	<b>38.406</b>
<b>Passivos</b>				
Instrumentos financeiros derivativos - hedge	-	-	-	-
<b>Total do passivo</b>	-	-	-	-

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do ONS mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos</b>				
CDB	-	10.232	-	10.232
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	11.000	-	11.000
<b>Total do ativo</b>	-	<b>21.232</b>	-	<b>21.232</b>
<b>Passivos</b>				
Instrumentos financeiros derivativos - hedge	-	(899)	-	(899)
<b>Total do passivo</b>	-	<b>(899)</b>	-	<b>(899)</b>

## 28. Eventos Subsequentes

### Contratação de Operação de Hedge Cambial

Realização de contratação de operação de hedge para proteção de risco cambial, referente a prestação de Serviços de Manutenção, Suporte e Evolução correspondentes ao Sistema de Medição Sincronizada de Fasores do SIN. O valor total da contratação é de US\$ 75,055.09 (setenta e cinco mil, cinquenta e cinco dólares americanos e nove centavos). Adicionalmente contratação no valor de £ 56.883,30 (cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta e três libras esterlinas e trinta pence). Ambos com pagamentos mensais de janeiro de 2022 até maio de 2024.

Realização de contratação de operação de hedge referente à aditamento no valor de € 45.249,98 (quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e nove euro e noventa e oito centavos, com pagamentos trimestrais em 10/06/2022 e 12/09/2022.

Realização de contratação de operação de hedge referente à aditamento no valor de US\$ 389.507,04 (trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sete dólares e quatro centavos) com pagamento em janeiro de 2022; e no valor de US\$ 77.901,41 (setenta e sete mil, novecentos e um dólares e quarenta e um centavos), com pagamentos anuais em 2022, 2023 e 2024.

A conversão dos valores para moeda nacional (Real) será realizada com a base de câmbio do PTAX, publicada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no dia útil imediatamente anterior ao do faturamento.

Assim, de acordo com a Política de Gestão e Controle Internos, o ONS realizou em janeiro de 2022 as operações de hedge para a proteção cambial, dada a alta volatilidade das moedas.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.

**LUIZ CARLOS CIOCCHI**

Diretor-Geral

**ALEXANDRE NUNES ZUCARATO**

Diretor de Planejamento

**JACONIAS DE AGUIAR**

Diretor de Assuntos Corporativos

**MARCELO PRAIS**

Diretor de TI, Relacionamento com Agentes  
e Assuntos Regulatórios

**SINVAL Z Aidan GAMA**

Diretor de Operação

**MARCIO KENNEDY DE ALMEIDA**

Gerente Executivo Financeiro

**WILLIAM MANOEL SOUZA**

Gerente de Controladoria

Contador responsável

CRC RJ-130165/O



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas ONS. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portalassinaturas.ons.org.br/Verificar/7656-6E27-50FF-8F57> ou vá até o site <https://portalassinaturas.ons.org.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7656-6E27-50FF-8F57



### Hash do Documento

AF6523754FBC5CFD3CD88F16657425B36A7D4868FAAB1286AAD26507B8C386D9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/03/2022 é(são) :

- Luiz Carlos Ciocchi - 374.232.237-00 em 17/03/2022 14:50 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Alexandre Nunes Zucarato - 268.834.788-84 em 17/03/2022 14:11 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Sinval Zaidan Gama - 034.022.663-34 em 17/03/2022 14:02 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Marcelo Prais - 810.878.377-15 em 17/03/2022 13:55 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Jaconias De Aguiar - 007.112.176-53 em 17/03/2022 13:19 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Marcio Kennedy De Almeida - 692.064.306-53 em 17/03/2022 13:14 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- William Manoel Souza - 034.433.837-18 em 17/03/2022 13:13 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital

